



7 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 8 de junho de 2024

<b>Bolsas</b> Na sexta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na sexta-feira	<b>Salário mínimo</b>	<b>Euro</b>	<b>CDI</b>	<b>CDB</b>	<b>Inflação</b>
1,73% São Paulo	122.032	R\$ 5,324 (+ 1,42%)	R\$ 1.412	R\$ 5,750	10,40%	10,39%	IPCA do IBGE (em %)
0,22% Nova York	120.767	Últimos					Dezembro/2023 0,56
	4/6 5/6 6/6 7/6	3/junho 5,234					Janeiro/2024 0,42
		4/junho 5,285					Fevereiro/2024 0,83
		5/junho 5,297					Março/2024 0,16
		6/junho 5,250					Abril/2024 0,38

## CONJUNTURA

# Haddad ameniza reação à “MP do Fim do Mundo”

Para ministro, indignação de políticos e setores produtivos foi provocada por ruídos de comunicação e pelo “calor do momento”

» RAFAELA GONÇALVES

Diogo Zacarias/MF



Haddad entrará em campo para convencer políticos e representantes do empresariado que rejeitaram a MP — texto por pouco não foi devolvido ao governo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, amenizou, ontem, a reação negativa do setor produtivo e de parlamentares à Medida Provisória 1.227/24. Apelada de “MP do Fim do Mundo”, foi editada pelo governo para compensar os efeitos da desoneração aos 17 setores da economia e aos municípios. A irritação com o texto foi tão intensa que várias frentes, no Congresso, reuniram-se para pressionar os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a devolverem a matéria.

Haddad colocou panos quentes. Disse que houve um mal-entendido e que a resistência à MP é resultado do “calor do momento”. “Isso vai se dissipando à medida que as pessoas compreenderem o objetivo de reduzir um gasto tributário que, em três anos, foi de R\$ 5 bilhões para R\$ 22 bilhões. Não tem cabimento um gasto tributário específico de crédito presumido, um imposto que não foi pago e que é devolvido”, explicou, ao deixar a representação do ministério, em São Paulo.

Ele retornou ao Brasil depois de um giro europeu, que incluiu encontros com o ministro de Finanças da Espanha, Carlos Cuerpo; com o ministro da Economia e Finanças da Itália, Giancarlo Giorgetti; e com o Papa Francisco, no Vaticano.

A “MP do Fim do Mundo” propõe a limitação ao uso de créditos do PIS (Programa de Integração Social) e da Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) para o abatimento de outros tributos, e a

proibição do ressarcimento em dinheiro do crédito presumido. O texto, se aprovado no Congresso, geraria um aumento de arrecadação em torno de R\$ 29 bilhões, segundo cálculos da Fazenda. Para entidades que representam a indústria, a MP é inconstitucional.

O ministro lembrou que várias MPs foram classificadas como do “Fim do Mundo”, mas garantiu

que a medida não afetará a indústria. “Falei com vários setores e é natural esse tipo de coisa. Ninguém que tenha um privilégio quer abrir mão dele. Estamos fazendo isso com muita tranquilidade, mas percebi um mal-entendido, em particular da indústria, sobre esse tema”, salientou.

Segundo Haddad, a MP dá transparência para um gasto tributário “que chegou a patamares

inaceitáveis”. “Quase 300% de aumento em uma unidade de custo. Precisamos saber o que está acontecendo, mas, efetivamente, tem alguma coisa errada acontecendo. E vamos sentar com os líderes do Congresso, como sempre fizemos”, frisou.

Ele adiantou que a Receita Federal iniciará o monitoramento das subvenções. “Continuará fazendo esse tipo de mapeamento

para evitar justamente o que aconteceu nos últimos anos, em que o déficit público durante 10 anos chegou a um valor acumulado de quase R\$ 2 trilhões”, lembrou.

### Campeão nacional

Para Haddad, o governo perderá “subvencionar quem precisa e não o andar de cima das cadeias produtivas”. “A política

### Política polêmica e de resultados pífios

A política de campeões nacionais foi colocada em prática no governo Dilma Rousseff, com o objetivo de conceder crédito a empresas consideradas competitivas e estratégicas. A ideia era que liderassem a retomada do desenvolvimento industrial por meio de acesso facilitado aos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os resultados, porém, foram pífios. A iniciativa foi criticada por economistas, pois consideraram que desestimularia a competição entre indústrias dos mesmos setores. Ao assumir a presidência do BNDES, Aloizio Mercadante afirmou que os campeões nacionais não voltariam.

de **campeões nacionais** tem que acabar em proveito de uma política de atenção ao micro e pequeno empresário, para quem ganha dois salários mínimos, para quem precisa de uma transferência de renda. Temos que fazer as escolhas devidas para que as coisas aconteçam da maneira correta. Agora, subvenção nesse patamar, não está na ordem de considerações”, advertiu.

## Na China, Alckmin levanta R\$ 26 bi em financiamentos

A viagem à China do vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, rendeu ao Brasil mais de R\$ 26 bilhões em acordos de financiamento em infraestrutura. Nesse montante, estão incluídos recursos para a reconstrução do Rio Grande do Sul.

Esses R\$ 26 bilhões se dividem em empréstimos com diferentes aplicações. Para os setores da economia gaúcha, será destinado um crédito de R\$ 5 bilhões pelo Banco Asiático de Investimentos e Infraestrutura (AIIB).

A missão comandada por Alckmin formalizou, também, o financiamento de mais R\$ 5,7 bilhões pelo banco do Brics para o Rio Grande do Sul. O acordo foi assinado por Alckmin e pela presidente da instituição, Dilma Rousseff.

Outros R\$ 4 bilhões serão repassados pelo Banco de Desenvolvimento da China ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para projetos relacionados ao combate das mudanças climáticas.

Após um encontro com o presidente chinês Xi Jinping, Alckmin fez um balanço da reunião



**Acredito que a parceria com a China vai crescer. Defendemos o multilateralismo e a China também. O Brasil é um grande protagonista em segurança alimentar, um dos maiores exportadores do mundo”**

**Vice-presidente Geraldo Alckmin**

bienal da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação (Cosban) — principal mecanismo de diálogo entre os dois países. Conforme ressaltou, a força da parceria comercial se materializa na geração de novos empregos e na melhoria da renda dos brasileiros.

### Parceria

“Acredito que a parceria com a China vai crescer. Defendemos o multilateralismo e a China também. O Brasil é um grande protagonista em segurança alimentar, um dos maiores exportadores do mundo. Tem eficiência energética, a maior floresta tropical do planeta e o compromisso com o desmatamento zero”, avaliou Alckmin.

Outras negociações com instituições chinesas foram entre o Banco de Exportação e Importação da China (Eximbank) e o Banco do Brasil (BB), que assinaram um acordo de empréstimo de R\$ 2,5 bilhões — recursos que devem facilitar o comércio e a cooperação bilateral. O BB também firmou acordo com o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) para uma linha de crédito de R\$ 2,5 bilhões.

Já o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Asiático de Investimentos e Infraestrutura assinaram carta de intenção para negociar uma linha de crédito de R\$ 1,3 bilhão. (RG)

Divulgação/VPR



Reunião entre a comitiva brasileira, comandada por Alckmin, e representantes de instituições chinesas. Entre os recursos obtidos, R\$ 5 bilhões para aplicação no Rio Grande do Sul



Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal



## COMUNICADO À POPULAÇÃO

O Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal, STIU-DF, comunica à população que os trabalhadores (as) das Empresas Eletronorte e Furnas, do Sistema Eletrobras, inclusive os trabalhadores(as) da área de Operação reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida no dia 04 de junho de 2024, deliberaram por ESTADO DE GREVE, que culminará em greve por tempo indeterminado a partir de zero hora do dia 11 de junho de 2024, devido ao não avanço nas negociações de Data Base para a construção de um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) digno para os trabalhadores das empresas Eletrobras, considerando que a Eletrobras se negou a aceitar a proposta de mediação do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Comunicamos ainda que os serviços essenciais à população, conforme Lei 7.783/89 (Lei de Greve) serão mantidos e os casos emergenciais serão negociados com as FEDERAÇÕES e as Entidades Sindicais.

Brasília-DF, 07 de junho de 2024.

**Victor Frota da Silva**  
Pela Diretoria Executiva do STIU-DF